

Moção em Repúdio ao Grupo de Trabalho instituído pelo Ministério do Trabalho

Em 02 de dezembro de 2010 diretores do SINTEPS estiveram presentes ao Encontro Regional da Região Sul, realizado no Estado de São Paulo, na cidade de Guarulhos, no Auditório do Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos e Região.

O Encontro teria como finalidade discutir as Diretrizes Normativas Elaboradas pelo Grupo de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego sobre Organização Sindical, Negociação Coletiva, Aplicação do Direito de Greve, Custeio e Liberação de Dirigente Sindical do Setor Público, em função do Brasil ter RATIFICADO O ARTIGO 151 DA OIT (Organização Internacional do Trabalho), que regulamenta a negociação coletiva no setor público.

A ratificação foi apresentada pelo Brasil na Assembléia da OIT em 15/06/2010 e, pelas regras da OIT, o país tem um ano para elaborar e aprovar a legislação que irão disciplinar a sua aplicação em âmbito nacional.

Várias centrais sindicais se julgaram no direito de representar os trabalhadores do Brasil e instituir o que eles entendem como o melhor.

Louvável a atitude do Ministério do Trabalho em estabelecer um grupo de trabalho para colher sugestões dos trabalhadores nas diversas regiões do Brasil. Lamentável é a quem foi dada a incumbência de operacionalizar.

No referido encontro nos foi entregue o Documento a ser “lido”, pois não haveria debate nem acolhimento de sugestões. Apenas poderíamos fazer destaque para receber esclarecimentos.

Iniciada a leitura, nos demos conta que o “documento” entregue aos participantes era diferente do documento oficial da mesa e, o primeiro pequeno detalhe omitido no documento que nos foi entregue era: OS SINDICATOS, MESMO COM REGISTRO SINDICAL, BASE E TRADIÇÃO DE LUTA poderão ser EXTINTOS para dar lugar a um grande “sindicatão” dos servidores públicos. Retiramo-nos em repúdio à condução dos trabalhos, bem como riscamos nossos nomes da lista de presença.

O SINTEPS, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) repudia veementemente a metodologia da coordenação do grupo de trabalho, repudia ser chamado a um encontro sem direito a opinar sobre os destinos da legislação sindical no país, repudia a extinção de entidades sindicais combativas e com registro sindical e repudia qualquer forma de interferência na organização dos trabalhadores.

Assim, os delegados do VI Congresso do SINTEPS repudiam a condução dos trabalhos pelo GT instituído e reivindicam do Ministério do Trabalho a ampla discussão do tema, sem documentos omissos e com direito à voz e voto dos trabalhadores. Reivindicamos a extinção deste grupo de trabalho e a retomada dos trabalhos de forma democrática e participativa.

Nazaré Paulista, dezembro de 2010.